Ementa: Trata de passagem aérea em território nacional de servidores ocupantes de comissão de Secretário nível DAS 101.6.

Ofício nº 278/2002-COGLE/SRH/MP

Brasília, 02 de Outubro de 2002.

Senhora Coordenadora-Geral,

Em atenção à consulta efetuada por intermédio de FAX recebido nesta Coordenação-Geral em 21.8.2002, referente a passagem aérea em território nacional de servidores ocupantes de cargos em comissão de Secretário nível DAS 101.6, esclarecemos que Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, pelo seu art. 27, na nova redação dada pelo Decreto nº 3.643, de 26.10.2002, estabelece:

“Art. 27 A passagem aérea, destinada ao militar, e ao servidor público civil dependentes será adquirida pelo órgão competente, observadas as seguintes categorias:

I - primeira classe: Presidente e Vice-Presidente da República e pessoas por eles autorizadas, Ministros de Estado, Secretários de Estado e os Comandantes do Exército, da Aeronáutica;

II - classe executiva: titulares de representações diplomáticas brasileiras, os cargos de Natureza Especial, oficiais-Generais, Ministros da Carreira de Diplomata, DAS-6 e equivalente, Presidente de Empresa Estatais, Fundações Públicas, Autarquias, Observador Parlamentar e ocupante de cargo em comissão designado para acompanhar Ministro de Estado;

III - classe econômica:

a) demais militares e servidores públicos não abrangidos nos incisos I e II e seus dependentes; e

b) acompanhante que trata o art. 29, § 1º, alínea “a”, da Lei nº 5.809, de 10 de 1972 do servidor público civil do militar designado para missão permanente ou transitória com mudança de sede, por período superior a seis meses.

A Sua Senhoria a Senhora

Rosângela Maria Vital Rangel

Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Brasília-DF-RJ

jm/of08232002

Parágrafo único Aos ocupantes dos postos de Capitão-de-Mar-e-Guerra, Coronel, Conselheiro da Carreira de Diplomata e de cargos de DAS-5 e 4 e equivalentes, poderá ser concedida a passagem de classe executiva nos trechos em que o tempo de vôo entre o último Território Nacional e o destino for superior a oito horas."

2. Portanto, de acordo com o art. do citado Decreto, os ocupantes de cargos em comissão de Secretário de Estado fazem jus a passagem aérea de primeira classe, assim como os ocupantes de DAS-6 e equivalentes fazem jus a passagem aérea da classe executiva.

Atenciosamente,

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO
Coordenadora-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação